



O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Com a palavra o Deputado Assis Melo, do PCdoB. S.Exa dispõe de 4 minutos.

O SR. DEPUTADO ASSIS MELO - Quero falar como Líder, acrescido o tempo da inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - V.Exa. tem 7 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASSIS MELO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de iniciar a minha fala, eu gostaria apenas de pedir esclarecimento sobre quais serão os procedimentos adotados agora, a partir do relatório. Nós vamos ter cinco sessões? Vamos ter direito a apresentar emendas? Haverá a votação dos destaques? Como serão essas questões? Eu gostaria que fossem esclarecidas, Sr. Presidente, para que não sejamos pegos de surpresa com alguma outra questão que não seja do acordo ou regimentalmente constituída, pelo Regimento da Casa. Eu gostaria de ter essas informações para que tenhamos tranquilidade no processo legislativo. Gostaria que me fosse dito, que me fosse esclarecido, se nós pudéssemos compor, já que estamos aqui desde o início. Para quem não está, tudo bem, mas é preciso que isso seja esclarecido e composto dentro da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Deputado Assis Melo, nós temos cinco sessões para a apresentação do substitutivo. Esse prazo é também para entrega de emendas ao substitutivo.

Deverá ocorrer a quinta sessão no dia 26. Essa é a previsão para o transcurso das cinco sessões. Portanto, V.Exa. tem as cinco sessões, até o dia 25 ou 26, para fazer as emendas ao substitutivo.

O SR. DEPUTADO ASSIS MELO - E vai ser acolhida dentro da votação, aqui na Comissão, essa questão de votação de emenda, de destaque? Como vai ser esse procedimento de votação? Há como esclarecer isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - As emendas serão feitas durante esse período. Quando for apresentado o relatório, haverá os destaques. O Relator aceitará ou não as emendas, e, dentro do relatório que S.Exa. apresentar, serão feitos os destaques, regimentalmente.



O SR. DEPUTADO ASSIS MELO - Isso é o que será executado? Pergunto para não termos dúvida aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Isso é regimental, Deputado. Ninguém vai inventar nada aqui.

O SR. DEPUTADO ASSIS MELO - Está bem, Sr. Presidente. Obrigado.

Eu faço este pequeno preâmbulo, Sr. Presidente, apenas para dizer aos trabalhadores e à população do Brasil que esse relatório, na verdade, é um grande crime, em minha opinião, contra os trabalhadores e aqueles que lutaram em defesa de uma legislação trabalhista que desse o mínimo de condições sociais e em defesa de um emprego realmente digno para os trabalhadores.

Na verdade, para cometer tamanho crime, realmente tem que ter muito trabalho e muita criatividade, porque esse relatório nada mais é, no meu entendimento, que uma total desregulamentação do trabalho. Essa é a grande questão. Aqui é o tal do “liberou geral”.

Libera geral porque chega ao incrível de dizer que, se eu tiver um diploma de uma atividade superior, eu posso individualmente ir lá e acertar com o empresário. O que é isso? É a tal da PJ. Não se usa mais carteira profissional, e nós seremos todos empresa. Empresa não precisa de férias, não precisa descansar aos domingos, não precisa de jornada de trabalho, porque é uma instituição. Não serão mais pessoas físicas. Nós contrataremos pessoas jurídicas.

Essa é uma opinião de quem? De quem desconhece, de fato, em que sistema nós estamos vivendo. Nós queremos transformar o País, a nação brasileira, na verdade, em uma das piores colônias a que o Brasil se submeteu ao longo da sua história, transformando-se a Nação em um país de miseráveis. Com essas condições, nós vamos reduzir a renda dos trabalhadores e, conseqüentemente, o próprio investimento do capital. As próprias empresas vão ficar mais fracas, porque nós teremos talvez uma série de empresas em que haverá o tal do empreendedor individual. Vamos vender para quem?

É preciso que nós analisemos, de fato, que tipo de proposta esse Governo, vendedor de ilusões... Deram um golpe dizendo o seguinte: “*Tire a Dilma, e está tudo resolvido.*” Não, agora é o seguinte: tiraram a Dilma, aprofundou o desemprego, aprofundaram as questões relacionadas à sociedade, à saúde, à educação, a essa



coisa toda. E aí vem o seguinte: *“Agora tem que mudar a legislação trabalhista e previdenciária, tem que se acabar com a aposentadoria”*.

Tenho dito que esta reforma aqui apresentada, este relatório, este tratado, este novo código liberal das relações de trabalho... Porque isto aqui é um novo código da liberação do trabalho e da exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras! *“Mas vai gerar emprego.”* Não, não vai gerar emprego nenhum. Vai é gerar mais desemprego.

É por essa razão, Sr. Presidente, que nós vamos fazer um esforço, um esforço no sentido não só de esclarecer os trabalhadores e a população como um todo, mas também de dizer o seguinte: nós não vamos resolver os problemas do Brasil por aqui. Não é atacando a Justiça do Trabalho, não é liberando geral as relações de trabalho que nós vamos resolver.

Como dizer que um representante que vai ser eleito pelos trabalhadores, à mercê das relações do sindicato, pode ter autoridade para defender e fazer uma negociação com a empresa, se ele não tem estabilidade? Como fazer isso? Que sonho é esse? *“Mas agora vai ser resolvido, porque nós vamos acabar com o imposto sindical.”* Está legal, acabem com o imposto sindical. Nós vamos fortalecer o sindicato!

“Agora o negociado se sobrepõe ao legislado.” Mas, na questão da hora extra, só podem fazer o seguinte: só se for para pagar 50% a mais. Se for para discutir mais, aí o negociado não pode mais.

Esperem aí! Como é que pode tanta incoerência? Como é que pode tanta sabedoria? Como é que pode tanta criatividade? Acham que todo mundo é ignorante e dizem: *“Não, mas isto aqui não acaba com o direito dos trabalhadores. O art. 7º da Constituição está garantido”*. Então, vamos lá para o art. 7º da Constituição e vamos ver o que diz, para que não fiquemos aqui achando que quem prejudica o mundo do trabalho e o desenvolvimento econômico e social é a legislação trabalhista. Dizer que a legislação trabalhista é pedra no caminho do desenvolvimento?! Sinceramente, eu não...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. DEPUTADO ASSIS MELO - Quero apenas concluir, Sr. Presidente, se eu puder.



Portanto, Sr. Presidente, no meu entendimento, acho que nós precisamos ver como o Brasil se desenvolve e gera empregos, e não sacrificar ainda mais os trabalhadores.

Era isso o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Colatto) - Obrigado, Deputado.